

Interfaces entre a mediação da informação e competência comunicativa: considerações teóricas sob uma perspectiva crítica


Interfaces between the mediation of information and communicative competence: theoretical considerations from a critical perspective

Interfaces entre la mediación de la información y competencia comunicativa: consideraciones teóricas desde una perspectiva crítica

Jetur Lima de Castro

*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Brasil*

jetur.castro@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9983-136X>

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Brasil*

ofaj@ofaj.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3629-7435>

Resumo

O artigo discute a interrelação entre dois conceitos essenciais: mediação da informação e competência comunicativa. Enfatiza-se que a mediação da informação, quando vista como um processo de aprendizado, desempenha um papel significativo na promoção da competência comunicativa e na facilitação da colaboração entre profissionais da informação e sujeitos informacionais. A pesquisa conduzida neste contexto é de natureza qualitativa e teórica, utilizando a pesquisa bibliográfica como abordagem metodológica do método reconstrutivo. O artigo fundamenta-se em autores especializados na área de mediação da informação, como Almeida Júnior (2009, 2015, 2018), que explora conceitos como a apropriação da informação e protoinformação, e González de Gómez (2003), que investiga a ação de informação. Além disso, incorpora as contribuições de Habermas (1980, 1987, 1989, 1990, 1997, 2009), cujas teorias sobre competências comunicativas e razões comunicativas são amplamente reconhecidas. Os resultados da pesquisa enfatizam perspectivas teóricas que destacam a capacitação dos indivíduos por meio da construção de discursos, diálogos e justificações sólidas. Isso implica que a mediação da informação pode capacitar as pessoas, permitindo que participem de discussões fundamentadas em argumentos sólidos. As interrelações entre a mediação da informação e a competência comunicativa tornam-se evidentes por meio do processo de interação e interpretação. Isso significa que a comunicação eficaz não se limita à simples transmissão de informações; ela envolve também a compreensão mútua e a interpretação adequada do argumento. Destaca-se a importância das influências culturais na construção do ambiente de informação e comunicação em contextos sociais, com foco na ambiência informacional. Em resumo, argumenta-se que a mediação da informação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da competência comunicativa e na emancipação dos indivíduos. Além disso, sugere-se que pesquisas futuras explorem as relações entre abordagens comunicativas e informacionais, tanto no plano teórico (epistemológico) quanto no prático (praxiológico), a fim de aprimorar a mediação da informação, tornando-a mais crítica e eficaz.

Recepción: 12 Julio 2023 | Aceptación: 12 Diciembre 2023 | Publicación: 01 Abril 2024

Cita sugerida: Castro, J. L. y Almeida Júnior, O. F. (2024). Interfaces entre a mediação da informação e competência comunicativa: considerações teóricas sob uma perspectiva crítica. *Palabra Clave (La Plata)*, 13(2), e221. <https://doi.org/10.24215/18539912e221>



Palavras-chave: Mediação da informação, Competência comunicativa, Protoinformação, Ação de informação, Profissional da informação.

Abstract

This paper discusses the interrelationship between two essential concepts: information mediation and communicative competence. It emphasizes that information mediation, when viewed as a learning process, plays a significant role in promoting communicative competence and facilitating collaboration between information professionals and informational subjects. The research conducted in this context is of a qualitative and theoretical nature, employing bibliographic research as the methodological approach of the reconstructive method. The text is based on authors specialized in the field of information mediation, such as Almeida Júnior (2009, 2015, 2018), who explores concepts such as information appropriation and proto-information, and González de Gómez (2003), who investigates information action. In addition, the text incorporates the contributions of Habermas (1980, 1987, 1989, 1990, 1997, 2009), whose theories on communicative competence and communicative reasons are widely recognized. The research results emphasize theoretical perspectives that highlight the empowerment of individuals through the construction of discourse, dialogue, and solid justifications. This implies that information mediation can empower people, allowing them to participate in well-informed and well-founded discussions. The connections between information mediation and communicative competence become evident through the process of interaction and interpretation. This means that effective communication is not limited to mere information transmission; it also involves mutual understanding and proper interpretation of messages. The text highlights the importance of cultural influences in building the information and communication environment in social contexts, focusing on the informational environment. In summary, the text argues that information mediation plays a fundamental role in the development of communicative competence and in the promotion of individual emancipation. Furthermore, it suggests that future research should explore the relationships between communicative and informational approaches, both in the theoretical (epistemological) and practical (praxiological) levels, in order to enhance information mediation, making it more critical and effective.

Keywords: Mediation of information, Communicative competence, Protoinformation, Information action, Information professional.

Resumen

Em el artículo se discute la interrelación entre dos conceptos esenciales: mediación de la información y competencia comunicativa. Se enfatiza que la mediación de la información, cuando se ve como un proceso de aprendizaje, desempeña un papel importante en la promoción de la competencia comunicativa y facilita la colaboración entre profesionales de la información y sujetos informativos. La investigación realizada en este contexto es de naturaleza cualitativa y teórica, empleando la investigación bibliográfica como enfoque metodológico del método reconstructivo. El texto se basa en autores especializados en el campo de la mediación de la información, como Almeida Júnior (2009, 2015, 2018), quien explora conceptos como la apropiación de la información y la protoinformación, y González de Gómez (2003), quien investiga la acción de la información. Además, el texto incorpora las contribuciones de Habermas (1980, 1987, 1989, 1990, 1997, 2009), cuyas teorías sobre la competencia comunicativa y las razones comunicativas son ampliamente reconocidas. Los resultados de la investigación enfatizan perspectivas teóricas que destacan el empoderamiento de las personas a través de la construcción de discursos, diálogos y justificaciones sólidas. Esto implica que la mediación de la información puede empoderar a las personas, permitiéndoles participar en discusiones bien informadas y fundamentadas. Las conexiones entre la mediación de la información y la competencia comunicativa se hacen evidentes a través del proceso de interacción e interpretación. Esto significa que la comunicación efectiva no se limita a la mera transmisión de información; sino que también implica la comprensión mutua y la interpretación adecuada de los mensajes. El texto destaca la importancia de las influencias culturales en la construcción del entorno de información y comunicación en contextos sociales, centrándose en el entorno informativo. En resumen, en este trabajo se argumenta que la mediación de la información desempeña un papel fundamental en el desarrollo de la competencia comunicativa y en la promoción de la emancipación individual. Además, sugiere que las futuras investigaciones deben explorar las relaciones entre los enfoques comunicativos e informativos, tanto en el nivel teórico (epistemológico), como en el práctico (praxiológico), con el fin de mejorar la mediación de la información, haciéndola más crítica y efectiva.

Palabras clave: Mediación de información, Competencia comunicativa, Protoinformación, Acción informativa, Profesional de la información.

1. Introdução

Ao considerar a importância da convergência entre teoria e prática reflexiva em uma era de informação, onde o conhecimento é valorizado e a comunicação desempenha um papel central na estrutura da sociedade. Consoante com essa realidade, a mediação da informação e a competência comunicativa se tornam fundamentais para lidar com a disseminação, compreensão e aplicação da informação em um mundo cada vez mais complexo e em constante evolução. Este texto tem em vista aprofundar as relações conceituais entre mediação da informação e competência comunicativa, com um foco específico na perspectiva crítica, que permite analisar essas conexões. No cerne desta investigação reside o desafio de desvelar as intrincadas relações entre mediação da informação e competência comunicativa sob uma ótica crítica. Como esses conceitos se relacionam e de que maneira podem ser aplicadas para promover uma mediação da informação que seja, de fato, crítica e emancipatória?

Para aprimorar nossa compreensão dessas questões, direcionamos nossa atenção para as teorias de Jürgen Habermas relativas à ação comunicativa e à autorreflexão. A reconstrução do limiar da tradição que molda nossa compreensão da informação emerge como um pré-requisito fundamental para esta análise. A concepção de uma razão objetiva, frequentemente influenciada pela ideologia da técnica, muitas vezes assume uma finalidade instrumentalizada, configurando a lógica de acordo com uma gramática de comunicação distorcida e estabelecendo uma causalidade peculiar em símbolos fragmentados e motivações reprimidas (Habermas, 2009).

A mediação da informação, em um escopo mais amplo, surge como um campo de estudo essencial para a compreensão da comunicação na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, os profissionais da informação desempenham um papel vital, atuando como intermediários que auxiliam as pessoas na busca por informações úteis e relevantes, com o potencial de enriquecer suas vidas e capacitá-las por meio da competência de decifrar o mundo. Habermas compreende a competência comunicativa como a ação do discurso na qual se problematiza, aprende e enfrenta conflitos por meio de argumentos racionais, denominação esta que ele atribui como "discurso".

A argumentação visa ao entendimento, e Habermas (1990) sustenta que o entendimento reside na linguagem. A concepção de "palavra-mundo", defendida por Freire (2011), assume um significado crucial quando compartilhada por meio da relação dialógica e experiencial da leitura com os sujeitos envolvidos. Essa experiência adquire valor significativo quando é compartilhada na interação entre o "eu" e o "outro". Quando o indivíduo transcende do ato subjetivo para um compartilhamento que se insere na zona intersubjetiva.

As zonas da intersubjetividade, descritas por Freire (2011), representam espaços de encontro e reconhecimento das consciências, bem como de reencontro e autorreconhecimento. São incorporados referenciais teóricos específicos que exploram as complexas relações envolvendo a mediação da informação, incluindo os conceitos de apropriação e protoinformação propostos por Almeida Júnior (2018), a abordagem de ação de informação delineada por Gonzalez de Gomez (2003) e, por fim, as reflexões de Habermas sobre competências e razões comunicativas. Esses alicerces teóricos desempenham um papel de destaque nas discussões relacionadas à mediação da informação.

As relações intrincadas entre mediação da informação e competência comunicativa são reveladas por meio do processo constante de interação e interpretação. O diálogo, nesse contexto, desempenha um papel fundamental, na prática, e deve ser enriquecido por elementos culturais que moldam a natureza da informação e da comunicação em diferentes contextos sociais.

A uma investigação aprofundada das relações teóricas entre abordagens comunicativas e informacionais. As implicações dessas análises abrangem tanto o campo epistemológico quanto o praxiológico, apontando para o desenvolvimento de uma mediação da informação que seja, sobretudo, crítica e com o potencial de empoderar os indivíduos, desencadeando, assim, uma transformação social significativa.

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e teórica, apoiada em pesquisa bibliográfica que se fundamenta no método teórico da reconstrução de Habermas, baseado na pragmática universal. Sua base fundamental reside na utilização de argumentação válida voltada para a compreensão. A essência da intersubjetividade é a adesão aos requisitos de validade no discurso. Essas condições universais desempenham um papel crucial na facilitação da comunicação eficaz.

O conceito de "pragmática universal" na teoria de Habermas (1996) visa racionalizar a estrutura do discurso, compreendendo tanto os atos locutórios (significado e referência) quanto os atos ilocutórios (intenção comunicativa). A pragmática universal, portanto, implica na comunicação linguística através do compartilhamento de informações, ou seja, para que a interação ocorra entre os membros de uma organização, é imprescindível que haja mútuo entendimento.

Na interpretação de Francisco (2006), esse método normativo visa procedimentos reconstrutivos que não são característicos de ciências que desenvolvem hipóteses nomológicas sobre domínios de objetos e eventos observáveis; na verdade, esses procedimentos são característicos daquelas ciências que sistematicamente reconstróem o conhecimento intuitivo de sujeitos competentes.

Destaca-se a diferença entre a abordagem das ciências que buscam entender leis gerais e previsíveis e aquelas que se concentram em compreender o conhecimento profundo e especializado que indivíduos competentes têm em uma área específica. Isso implica que os "procedimentos reconstrutivos" são mais relevantes e aplicáveis na segunda categoria de ciências. A abordagem reconstrutiva da metodologia, portanto, requer invariavelmente a aplicação dos princípios da pragmática universal para efetivamente reestruturar a narrativa que sustenta. Todo esse processo só se desenrola através do ato de argumentar, algo que relaciona e tensiona-se na ação de interferência da informação.

De acordo com Cittadino (2004), no contexto do processo argumentativo e do discurso, as várias afirmações feitas por indivíduos com capacidade de linguagem e ação podem ser questionadas e sujeitas a uma análise crítica. Todos os atos de comunicação, sejam teóricos, prático-morais ou estéticos, estão submetidos a pretensões de validade, como a busca pela verdade, justiça ou autenticidade.

Em outras palavras, o discurso e o processo argumentativo servem como o terreno onde as alegações feitas por indivíduos podem ser questionadas e avaliadas com base em critérios como a correção factual, a ética e a sinceridade. Portanto, destaca-se a importância do debate e da análise crítica na avaliação das afirmações feitas em diferentes contextos comunicativos. Além disso, essa abordagem concede especial importância à autorreflexão, que assegura a intersubjetividade nas interações entre indivíduos, orientando suas ações tanto na compreensão de culturas diversas quanto na apropriação de tradições próprias (Habermas, 1987).

Portanto, a pragmática universal implica na comunicação linguística através da disseminação de informações, o que significa que a interação eficaz entre os membros de uma organização é fundamentalmente dependente do entendimento mútuo, isto é, dos processos de mediação da informação e da competência comunicativa dos sujeitos informacionais.

3. Protoinformação e ação de informação

Nesta seção, explora-se brevemente os conceitos de protoinformação e ação de informação, destacando o processo vinculado às capacidades comunicativas necessárias para uma compreensão emancipatória da informação.

O conceito de protoinformação, conforme definido por Almeida Júnior (2018), refere-se a um processo que lida com o que ele chama de "quase-informação" ou "possível-informação" nos equipamentos de informação. O autor argumenta que a informação não existe previamente; ela emerge quando o usuário interage com o

suporte informacional. Isso leva à noção de que os profissionais da informação lidam com uma espécie de "pré-informação," termo que o autor nomeou de protoinformação, pois ainda não é plenamente informação.

É importante destacar que os equipamentos informacionais selecionam e organizam informações com base nos interesses médios dos usuários para os quais são projetados. Esses interesses médios não refletem necessariamente os interesses individuais, e a existência da informação não pode ser determinada previamente, uma vez que depende da interação do sujeito informacional, que inclui suas necessidades, interesses e relação com o mundo. A informação, portanto, é uma construção em constante evolução, recebendo significados ao longo do tempo, e não pode ser considerada informação em qualquer estágio desse processo.

O conceito de protoinformação está relacionado à ideia de informação como interferência, apresentada por Almeida Júnior em trabalhos anteriores (2009, 2015), especialmente quando suscita novas perguntas, inquietações e conflitos. Além disso, a compreensão de protoinformação tem implicações nas intersubjetividades da informação, discutidas recentemente por Castro & Almeida Júnior (2022), onde a informação é vista como a construção de significados identitários e uma luta por autorrepresentação, mas também como um acordo intersubjetivo sobre algo que existe no mundo.

As relações intersubjetivas estão intrinsecamente ligadas aos fenômenos da informação, e essa conexão indica uma fenomenologia da informação relacionada ao discurso mediado pela linguagem. A força da informação reside na argumentação, que gera o processo das competências comunicativas, conforme artigo recente de Lima, Gonçalves & Maia (2023).

Nesse contexto, a ideia de protoinformação se relaciona com a ação de informação de González de Gómez (2003), especialmente o conceito de conhecimento excedente como uma dimensão da ação social. O texto propõe uma ampliação do conceito de protoinformação, combinando-o com a perspectiva da ação da informação de González de Gómez (2003).

A ação de informação, segundo a autora, abrange duas perspectivas: a potência narrativa, que cria perspectivas imprevisíveis do mundo e da experiência, e a capacidade de sociabilidade, que envolve a criação e transformação das relações sociais, formas de trabalho coletivo, estabelecimento de regras e ações solidárias.

A análise posterior explorará a capacidade de comunicação e as ações de informação intimamente ligadas à participação dos atores sociais em suas práticas e atividades, construídas culturalmente e configuradas em relações coletivas entre atores informacionais.

4. Mediação da informação

A discussão atual sobre a mediação da informação tem se concentrado em um processo complexo e constante, que visa não só a comunicação e a interação entre indivíduos, mas as experiências intersubjetivas e as competências comunicativas entre objetos e organizações, em diversos contextos, para que as pessoas possam obter informações e construir seus próprios conhecimentos.

O conceito é originado da fundamentação teórica de Almeida Júnior (2015) que sugere a mediação como qualquer ação de interferência executada pelo profissional da informação em um processo, na ambiência de equipamentos informacionais. A mediação da informação, segundo a definição mais atual, é:

Toda ação de interferência —realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais —, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Ao analisar de forma abrangente as ações de interferência realizadas por profissionais da informação em contextos de equipamentos informacionais. Destaca-se de forma mais crítica os principais elementos e sua relevância. Por exemplo, a diversidade existe nas ações de interferência, ocorrem de diversas maneiras, sejam

elas diretas ou indiretas. Isso reflete a flexibilidade das abordagens que os profissionais da informação podem adotar no processo da competência comunicativa aos usuários.

Também se mostra uma inclusão da ideia de que essas ações podem ser realizadas consciente ou inconscientemente reconhece que nem toda interferência é deliberada. Às vezes, os profissionais da informação podem inadvertidamente influenciar o acesso à informação. Já na teoria habermasiana toda ação tem que passar pelo processo de liberação para que seja invertida por um processo normativo das trocas. As ações de interferência podem ser executadas por um único profissional ou por um grupo deles, indicando a possibilidade de colaboração entre profissionais para atender às necessidades informacionais dos usuários.

Sendo o objetivo central dessas ações o satisfazer, pelo menos parcialmente e de maneira temporária, as necessidades informacionais dos usuários. Isso também aponta para ações de conflitos e o surgimento de novas necessidades informacionais. Isso indica que o processo de mediação da informação pode ser dinâmico e complexo. A função dos profissionais da informação é que eles não apenas organizam e fornecem acesso à informação, mas também desempenham um papel ativo na interpretação e adaptação da informação para atender às necessidades dos usuários.

A problemática aqui apresentada está ainda no entendimento de que a mediação da informação conforme apresentada por Almeida Júnior (2009), está ainda associada à imagem de uma "ponte". Essa metáfora da ponte sugere que a informação flui de forma unidirecional, como se fosse simplesmente transmitida de um lado para o outro, sem levar em consideração a complexidade e a diversidade envolvidas no processo de mediação.

O argumento aqui apresentado, é que a metáfora da ponte limita nossa compreensão da mediação da informação. Ela simplifica demais o processo, ignorando o fato de que a mediação da informação envolve interações complexas, negociações, adaptações e uma série de atores que desempenham papéis cruciais na disseminação e interpretação da informação.

Portanto, é necessário ampliar nossa visão da mediação da informação, reconhecendo sua natureza multifacetada e reconhecendo que ela não é apenas uma transferência passiva de informações, mas sim um processo ativo que leva em consideração a diversidade de perspectivas, contextos e formas de comunicação envolvidos.

O entendimento que se dá no campo da Ciência da Informação (CI) é de que a mediação da informação é uma área de estudo e prática profissional que se dedica a interferir de maneira mais ativa na relação entre o usuário e a informação (Sanchez & Rio, 2010). Por isso, a mediação é considerada uma ação relacionada à existência, ao progresso e à atribuição de significado, pois os seres humanos, ao serem afetados pelo mundo, usam o significado atribuído a essa realidade como guia. De outra forma, ela é estabelecida pelas interações sociais e pelas mediações simbólicas, ou seja, por experiências que permitem a elaboração do significado (Silva & Gomes, 2015).

A questão que a mediação comporta é complexa porque envolve diferentes comunidades, experiências culturais, áreas e conflitos. Peres & Trindade (2020, p. 3) descobrem que a "mediação" está relacionada à dinâmica dos significados simbólicos. Ou seja, o verbo "mediar" expressa sua complexidade semântica e pragmática de uso, uma vez que "[...] a vida é atravessada de inúmeras ações mediadoras que delinham as estradas dos sentidos do viver com o outro e em sociedade".

Por isso, a construção do conhecimento está alicerçada na interação entre as pessoas e as relações que as alimentam, incluindo a prática mediadora e os processos fenomenológicos associados à interferência do conhecimento.

Almeida Júnior (2007, p. 34) sustenta que:

[...] na mediação existe "interferência" do profissional que atua no espaço em que ela é deflagrada. A interferência contradiz o senso comum dos profissionais da área que defende uma impossível neutralidade no âmbito do fazer desses profissionais. Não só a interferência é salutar, como é, também imprescindível. Os limites entre a interferência e a manipulação, no entanto, são frágeis e passíveis de não serem percebidos.

Isso demonstra que a informação é frágil e cria conflitos, pois a interferência e conflito são os únicos que permitem uma mudança no conhecimento. Isso significa, também, uma dependência real ou potencial decorrente do nível de vulnerabilidade que um usuário pode ter em relação a outro, estando submetida a ações de uma interferência arbitrária e manipulação por parte de alguns profissionais da informação (Almeida Júnior, 2007).

Enfatiza-se a complexidade do papel dos profissionais da informação na mediação da informação. Embora a neutralidade seja um ideal, a realidade é que esses profissionais inevitavelmente influenciam o processo de alguma forma. Portanto, é mais produtivo reconhecer essa interferência e, em vez de buscarmos uma neutralidade inatingível, focar em garantir que as ações dos profissionais sejam transparentes, éticas e voltadas para o benefício dos usuários por intermédio de ações que visam a ação deliberativa, por meio da argumentação dos sujeitos, conforme Habermas.

Dado que a informação não esclarece dúvidas nem acaba com as incertezas. Requer a reconstrução do conhecimento, que acaba por destruir as certezas que se têm, assinala Almeida Júnior (2009).

Diante disso, três pontos são relevantes para a análise da mediação da informação. Silva & Silva (2012) examinaram alguns desses aspectos, entre eles (1) a mediação construção social, a mediação como guia de pesquisa e seu caráter dinâmico e interativo. (2) A mediação da informação é relevante nas ciências da informação porque demonstra uma base social mais firme para a pesquisa e a prática social que ocorre com os profissionais da informação. O terceiro ponto refere-se ao que Gomes (2010) havia apontado anteriormente, a respeito de que a mediação é estabelecida pelas interações sociais e pelas mediações simbólicas, ou seja, por experiências que permitem a elaboração do significado.

No entanto, as observações dos pesquisadores da mediação da informação mostram que a “ação mediadora da informação” é uma tentativa de refletir criticamente sobre o suporte epistemológico em relação à prática, uma vez que a informação aqui não é “propriedade de fatos, mas é dependente do contexto e das limitações” (Capurro & Hjørland, 2007, p. 170).

Levando-se em conta alguns pontos, no que se refere à mediação como processo de conhecimento, estão representados dois aspectos que coexistem na atividade do profissional da informação.

A mediação implícita, que ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sinequa non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (Almeida Júnior, 2009, pp. 92-93).

A mediação introduzida com objetividade é compreendida como um meio para o acesso às fontes de informação, o trabalho vinculado à mediação implícita, os trabalhos “meios”, não são conscientes, principalmente por serem efetuados sem a presença do usuário. Com base em Almeida Júnior (2015) pressupomos que há um fazer consciente e inconsciente tanto na mediação implícita como na mediação explícita.

Desse modo, a mediação da informação nos auxilia a compreender como a informação age, desde os aspectos mais técnicos para a construção de práxis complexas, até na formação mediada e emancipatória. Valentim (2010) sugere, neste contexto, que a “mediação da informação propõe formas de mediação, recepção e apropriação da informação em diferentes contextos, de forma a refletir o papel do profissional da informação e compreender o usuário em sua complexidade.”

Para ilustrar, pode-se considerar a mediação entre o profissional da informação e sujeito informacional como um processo em que o usuário deixa de ser apenas um receptor passivo da informação, mas se torna um participante ativo e colaborativo na construção do significado. Isso significa que a autoria da informação deixa de ser exclusiva e passa a ser compartilhada por todos aqueles que a utilizam.

Nesse contexto, a mediação desempenha um papel crucial ao introduzir novas abordagens na interpretação da informação. Isso implica em superar a visão limitada e estática dos significados e adentrar em complexas redes de relações. A mediação está intimamente relacionada com a diversidade de linguagens simbólicas presentes na realidade, seja por meio dos diversos tipos de objetos encontrados em diferentes comunidades socioculturais, seja nas múltiplas formas de compreender o significado nas interações com outras pessoas.

A abordagem de mediação apresentada por Martins (2013) se encaixa em um campo mais amplo conhecido como "campo social da informação". Nesse contexto, esse campo trata da relação entre o sujeito (indivíduos ou grupos) e o objeto informacional (os elementos da informação, como documentos, mídia, etc.). Essa relação é complexa, pois envolve dimensões simbólicas que estão relacionadas à história e cultura do sujeito.

Martins (2013) destaca que os significados atribuídos a esses objetos informacionais não são simples ou unidimensionais, mas sim influenciados pela história e cultura do sujeito. Portanto, a mediação informacional na perspectiva de Martins (2013) enfatiza a importância de considerar a complexidade das interações entre sujeitos e objetos informacionais no contexto do campo social da informação, levando em conta as dimensões simbólicas e culturais envolvidas.

Essa abordagem está alinhada com o pensamento de Almeida Júnior (2009, 2015), quem destaca como as redes de interpretação de significados são construídas por meio da ação mediadora. Isso implica que as experiências de vida compartilhadas por pessoas próximas, depoimentos e testemunhos sobre períodos específicos, bem como as informações assimiladas, desempenham um papel fundamental na construção e afetação dos significados para os sujeitos informacionais.

Ao dialogar, profissionais da informação e usuários, se comprometem dando significado à racionalidade apoiada por ações, uma vez que a competência comunicativa segue a constelação do agir e do falar que se modificam pelo entendimento mútuo e a validade do discurso. Em outras palavras, a competência comunicativa ocorre quando se envolvem as vozes das comunidades que não são o público-alvo das unidades de informação, ou seja, os não-usuários da informação, como apontam Rabello & Almeida Júnior (2022).

Conceito que atinge a esfera das classes sociais, suposição feita no sentido do sujeito informacional, ao fazer parte do que foi chamado de "ralé estrutural como não-público" (Rabello & Almeida Júnior, 2022, p. 5). Esses autores sustentam que o não-público seria classificado como parte da "ralé estrutural", ou seja, uma parcela da população brasileira que sofre diariamente com a humilhação de estar às margens da sociedade (Rabello & Almeida Júnior, 2022, p. 5).

Portanto, o objetivo da mediação da informação é capacitar os usuários da informação na esfera política a pensarem e agirem de forma independente, administrando, discutindo e organizando informações para participarem ativamente em diversos contextos e plataformas políticas. A abordagem democrática para lidar com conflitos de informação emerge quando os atores sociais reconhecem a importância de seus direitos de uso da informação com base em seus próprios interesses. Isso ressalta o papel fundamental da mediação como um processo formativo necessário.

5. Ação comunicativa e competência comunicativa sentidos de mediar informação

Ao considerar a mediação das ações e na competência comunicativa do profissional da informação. A teoria da ação comunicativa pode auxiliar a compreender o saber-fazer do plano técnico na perspectiva da mediação, fundamentada no debate argumentativo como maneira de intervir em situações de conflito de poder e criar ações conjuntamente.

Habermas (1989) argumenta que um debate prático acontece quando o modo de proceder não tem uma justificativa de natureza coletiva, sendo necessário que as pessoas decidam juntas sobre suas ações, convencendo-se umas das outras de que isso será benéfico para todos, para que todos sejam guiados por essa mesma lógica.

No processo, cada um deve justificar seus motivos para tomar determinada ação, que deve ser benéfica para todos e, portanto, socialmente vinculativa.

Em outras palavras, a ação comunicativa é a interação que se dá por meio da linguagem e que permite a compreensão mútua, formando a intersubjetividade em que os sujeitos existem uns para os outros. A habilidade de expressar-se é importante para o desempenho e pode ser adquirida na ideia de competências nas diferentes dimensões de mediar informação.

Segundo Freitag (2005, p. 123):

O ator 'competente' de Habermas, que coordena suas ações e busca o entendimento através da ação comunicativa, é o sujeito autônomo, socializado, comunicativo (em suma "descentrado"), cujas estruturas lógicas e de consciência foram se construindo enquanto atuava sobre o mundo dos objetos (interiorização de ações) e interagiu com outros sujeitos no mundo social (interiorização ou assimilação da fala e dos pontos de vista dos outros), levando-o a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas.

Um sujeito informacional competente, nesse contexto, é um ator que, em uma discussão ou diálogo, não assume automaticamente que possui um conhecimento completo de um conceito específico, mas reconhece a necessidade de usar a linguagem como uma ferramenta para desenvolver uma compreensão mais profunda desse conceito. Ele utiliza a linguagem para resolver questões que surgem no próprio uso da linguagem, adotando uma abordagem metodologicamente reconstrutiva.

Portanto, a linguagem traduz e expressa as experiências do mundo, mas também estabelece ligações entre as pessoas; consegue socializar e integrar grupos; nos fornece os recursos para enfrentar conflitos usando argumentos.

Ressalta-se que a linguagem abordada para enfrentar conflitos, é a defendida por Quéré (1991) sobre o lugar da linguagem na comunicação por meio da abordagem relacional, que transcende o modelo de linguagem informacional utilizada apenas como instrumento para fazer representações e transmissões de informação, mas que ocupa o lugar nas relações de comunicação, como parte da construção social da realidade em que sujeitos utilizam as manifestações individuais de suas linguagens para a formação de relações coletivas, quando por meio da linguagem são externalizadas e experienciadas.

Esse pensamento dialoga com Flusser (1983) ao considerar que a linguagem existe diante de um contexto cultural, dessa forma ela torna-se um meio de exteriorizar o modo de pensar, o modo de vida, os sentimentos de um grupo determinado. Isto quer dizer, que a linguagem comunicativa se encontra na complexidade das ações promovidas pelos *habitus* dos sujeitos envolvidos nas relações e isto já torna e evoca a ação comunicativa e relacional à uma complexidade e dinamicidade entre os sujeitos (França, 2016).

Logo, a linguagem comunicativa alcança seu lugar em nova cena, por meio de uma abordagem relacional nos espaços públicos:

Este novo espaço público define-se antes de mais por um "entre nós", no sentido daquilo que os agentes colocam entre si, como sujeitos que se constituem e se ligam reciprocamente pela alternância dos papéis comunicacionais da primeira e da segunda pessoa, para constituir o espaço de sua interação (Quéré, 1991, p. 80, tradução nossa).¹

O palco em que acontece a ação da abordagem comunicativa, encontra-se nas mediações, onde os tensionamentos são traçados, por estarem diante de "habitus" que estimulam uma fusão de horizontes entre os sujeitos. Mas a mediação nesse espaço público, também é definida pela perspectiva comum que os sujeitos envolvidos podem vir a adotar.

Esta perspectiva, que eles constroem conjuntamente com a ajuda da mediação pública, específica um modo de relação mútua e uma forma de relação com o mundo e com os outros; cria um horizonte de expectativas, define práticas e proporciona uma organização de pontos de vista correlatos (Quéré, 1991, p. 80, tradução nossa).²

Essas relações dizem respeito à formação de uma vontade coletiva através do discurso. Habermas (1990) aponta que a ação comunicativa requer que os atores deixem de lado a perspectiva objetivadora de um agente guiado pelo sucesso e assumam a perspectiva performática dum falante, cujo objetivo é entender o que uma segunda pessoa acha sobre algo no mundo. Ou seja, mostra que as interações comunicativas, sem restrições, têm diretrizes de ação e processos de fala adequados ao ator, dentro das limitações estruturais da linguagem que todos compartilham.

Habermas (1989, 1990) mostra que o discurso argumentativo é uma forma de comunicação que se aproxima das condições ideais, particularmente resistente à repressão e à desigualdade. Se refere ao processo pelo qual os participantes alcançam uma compreensão mútua do problema em questão e, dessa forma, finalmente chegam a uma intersubjetividade comum.

Ainda assim, a compreensão mútua que surge da ação comunicativa permite a formação de um pensamento sobre o tema em discussão, a partir da comunicação linguística, que se estabelece quando os interlocutores reconhecem as diferenças de opinião existentes. Diferenças verbais devem ser consideradas e refletem um entendimento mútuo entre as pessoas envolvidas.

Essas diferenças, causadas pelas formas como as pessoas se expressam, levantam críticas que devem ser consideradas e que mostram o reconhecimento que os participantes têm um do outro. A oferta presente em uma fala se torna válida se o orador assegurar, com base em sua pretensão de validade, que ele consegue defender essa pretensão com os argumentos adequados, se necessário (Habermas, 1990).

Contudo,

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente. (Habermas, 1990, p. 74).

Essas instâncias permitem o agir comunicativo, que, por meio da emancipação, redefine as estruturas monológicas da técnica. Habermas (1987) apresenta a competência comunicativa como um aspecto indispensável para isso. Isto quer dizer, para o escritor:

A competência comunicativa consiste no domínio não-reflexivo (pré-teórico) de certas pressuposições que acompanham o entendimento linguístico. Tais pressuposições têm caráter similar ao das regras gramaticais, que o indivíduo utiliza ao falar e que nem por isso lhe são conscientes. Portanto, da mesma forma como o indivíduo que fala é capaz de utilizar corretamente as regras gramaticais, mesmo sem dominá-las reflexivamente, assim também os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso de certas pressuposições pragmáticas ao utilizarem a linguagem voltada ao entendimento. Esse saber pré-teórico, que serve ao entendimento linguístico, pode ser reconstruído racionalmente numa perspectiva universalista (Habermas, 1987, p. 417).

Enfatiza-se a importância das pressuposições pragmáticas na competência comunicativa, destacando que essas pressuposições são semelhantes em natureza às regras gramaticais que as pessoas usam ao falar, embora muitas vezes não estejam conscientes delas.

Destaca-se, aqui, alguns pressupostos de uma mediação crítica e comunicativa na amplificação dessas vozes a partir do que se entende como competência comunicativa.

Racionalidade comunicativa e técnica: Habermas (1989, 2009) analisa o alcance das categorias da ação da técnica à luz da teoria dos clássicos das ciências sociais. Ele percebeu que essa racionalidade técnica não considerou outra, a comunicativa, que também dá origem às ações sociais. Dessa forma, a racionalidade comunicativa é uma das grandes áreas de estudo e competências que percebem a necessidade de incluir nos seus fundamentos epistemológicos como aplicação. A mediação comunicativa crítica contempla essa dimensão, com técnicas que permitem analisar o diálogo intersubjetivo da informação.

Senso comum (mundo da vida): Gramsci, em suas obras,³ salienta a necessidade de rever o conceito de “conhecimento científico” para ser considerado o tipo de conhecimento que as pessoas adquirem por meio de métodos não convencionais ou que não sejam considerados estritamente acadêmicos. Ele considerou todo conhecimento válido, seja ele acadêmico ou de outra fonte, sempre que atendesse a critérios de verificação e validação. Schutz (2018) também trouxe a sua contribuição para a ideia, mas a partir da perspectiva fenomenológica. Teoriza que o senso comum é baseado na experiência de vida e na consciência das pessoas, justificando a inclusão de todas as vozes para gerar conhecimento. A competência deve considerar outros métodos de conhecimento como um dos principais elementos e parte dos seus fundamentos.

Isonomia na interpretação: como mostram todos os argumentos apresentados aqui, fica evidente que um dos pressupostos que sustentam a competência comunicativa na mediação é o desaparecimento da hierarquia interpretativa. Esses pressupostos de interpretação que os profissionais da informação e sujeitos informacional se valem nas ações de medição podem ser sólidos. Isso significa que a validade das interpretações não deve depender da posição de autoridade dos envolvidos, mas sim da qualidade dos argumentos apresentados. A crítica está relacionada à importância de garantir que todas as vozes sejam igualmente consideradas.

Conhecimento do debate público: a ideia de que o conhecimento pode ser construído por meio do diálogo e do debate público é ressaltada. Isso implica que as relações de interação não são imparciais, mas resultam do diálogo entre a ciência, os profissionais da informação e a sociedade. A crítica aqui é que o conhecimento não é estático, mas é moldado pela interação contínua entre diferentes perspectivas. Portanto, todos devem ter as mesmas oportunidades para interpretar a realidade social. Se a hierarquia de interpretações for negligenciada em favor de argumentos que sejam válidos e credíveis, será necessária uma metodologia que crie espaços reais para justificar essa opção de interpretação.

Apesar de ser difícil atingir a isonomia, as análises são positivas quando contam com a participação de dois grupos: os profissionais da informação e, do outro lado, os usuários atuais, futuros e os que não fazem parte desse meio, mas que fazem parte da sociedade que estamos analisando, seja por sua experiência de vida ou não.

Integração da competência comunicativa na mediação: enfatiza-se a indispensabilidade da competência comunicativa nas ações de mediação da informação. Ela deve ser integrada aos princípios teóricos e metodológicos relacionados à reconstrução normativa. Assim sendo, isso significa que a competência comunicativa é essencial para garantir que as ações de mediação sejam baseadas em princípios éticos e orientadas para a reconstrução do conhecimento.

Nesse sentido, aponta-se para a possibilidade de aprofundar essa competência por meio da reflexão e análise, o que pode ter implicações significativas na forma como as pessoas se comunicam e compreendem umas às outras, especialmente em contextos interculturais.

Habermas (1997) estabelece certos postulados para o processo da competência comunicativa, ao qual ele se refere como deliberação. Esses postulados estabelecem as bases para uma democracia robusta e justa, na qual a argumentação, a inclusão, a liberdade de influências externas e internas são valores essenciais. Esses princípios ajudam a assegurar que as decisões políticas sejam tomadas de maneira informada, equitativa e de acordo com o interesse público, contribuindo para uma sociedade mais democrática e participativa.

De acordo com o autor, são necessários os seguintes elementos:

- a. Deliberações argumentativas: como primeiro postulado, destaca-se que as deliberações devem ser realizadas de forma argumentativa. Isso implica que os sujeitos informacionais devem ser capazes de apresentar argumentos e razões para suas posições e estar dispostos a ouvir e considerar os argumentos dos outros. Esse princípio promove a troca de ideias e a busca pela verdade por meio do diálogo, o que é fundamental para a tomada de decisões informadas e justas.
- b. Inclusão e transparência: o segundo postulado enfatiza que as deliberações devem ser inclusivas e públicas. Isso significa que todas as partes afetadas por uma decisão devem ter a oportunidade de participar do processo deliberativo e que as deliberações não devem ser realizadas às escondidas ou de

forma exclusiva. Esse princípio promove a transparência, a igualdade de participação e a representatividade nas decisões públicas.

- c. Liberdade de coerções externas: o terceiro postulado ressalta a importância de que as deliberações sejam livres de coerções externas. Isso significa que as pressões ou influências externas, como manipulação política ou coerção informacional, não devem distorcer o processo deliberativo. Esse princípio garante a integridade do processo e a capacidade dos participantes de expressarem suas opiniões sem medo de retaliação ou coerção.
- d. Liberdade de coerções internas: o quarto postulado complementa o terceiro, destacando que as deliberações também devem ser livres de coerções internas. Isso implica que os participantes não devem ser coagidos por suas próprias crenças, preconceitos ou hierarquias sociais a adotarem determinadas posições.

A crítica subjacente é contra a exclusão, a hierarquia interpretativa e a negligência da dimensão comunicativa nas práticas de mediação da informação. Tudo isso é baseado na ideia de que podemos dialogar para conhecer o mundo social e o sistêmico. Como Almeida Júnior (2015) mostra, as relações de interação não são imparciais, mas sim o produto do diálogo entre a ciência e a sociedade, entre o profissional da informação e os usuários. A competência comunicativa, portanto, é o postulado científico e a experiência de vida devem ser considerados, sendo os métodos utilizados os empíricos, indutivos.

Considerações finais

Nesse estudo, buscou-se estabelecer relações entre a mediação da informação e a competência comunicativa, analisando a forma crítica e interpretativa das razões comunicativas em Habermas, acompanhando as discussões sobre a mediação da informação, sendo esta entendida como um agir comunicativo.

Além disso, foi necessário instigar o debate e demonstrar a relevância teórica das duas vertentes, bem como serem elas extremamente importantes para as ações práticas do profissional de informação diante do tratamento adequado da mediação. Para uma melhor compreensão desses fenômenos, é indispensável utilizar as interpretações hermenêuticas.

Ao pensar os métodos de comunicação relacional, é possível identificar um dos principais problemas da mediação: a falta de competência comunicativa. Essa busca do autoconhecimento pode ser observada nos ambientes informacionais, por meio de meios que facilitem a ação dos sujeitos frente às questões práticas e funcionais de suas necessidades de comunicação.

A competência comunicativa é um dos temas centrais da teoria da comunicação, sendo objeto de estudo na CI. Pensar nela como uma abordagem axiológica nas unidades de informação pode ser uma forma de explorar ainda mais suas nuances com as ações de mediação da informação, no sentido de que juntas exploram o papel da mediação na comunicação em diferentes contextos, como na educação e na tecnologia.

Ambas as direções que essas referências teóricas têm em comum, são o interesse em compreender como elas projetam a emancipação dos sujeitos como um dispositivo de construção discursiva, dialógica e justificada conforme os atos de fala em que cada um deve se submeter às suas referências argumentativa. Elas se tornam possíveis por meio de um processo de interação e interpretação, tornando a ação prática um diálogo que deve incluir formas culturais que constituam o estado da informação e da comunicação em um contexto social, sobretudo nas unidades de informação.

A mediação pautada no agir comunicativo impulsiona as ações dos sujeitos para praticarem a abordagem relacional em que o outro pode e deve interferir nas ações dialógicas em que a complexidade e dinamicidade das relações comunicativas são evidenciadas e defendidas.

Superando assim, a compreensão limitada e distorcida de ações funcionalistas, de transmissão de informação e estruturada em um modelo matemático da informação, com as quais a mediação ainda é relacionada por boa parte dos que não a estudam de maneira mais aprofundada.

Assim, a presente pesquisa implica que estudos teóricos sobre o paradigma relacional pela abordagem comunicativa, estejam cada vez mais relacionados com os estudos de mediação da informação, uma vez que este novo paradigma da área dos estudos de comunicação está sendo cada vez mais evidenciado em pesquisas que envolvem os aspectos sociais, da ação com o outro, com as experiências, dinamicidades, complexidade que busca inferir reflexividades desta ação.

Pois, estudos que contextualizam as relações teóricas e abordagem comunicativa e informacional, possuem fôlego para serem investigados, tanto em vertentes epistemológicas, quanto praxiológicas para o desenvolvimento de uma mediação da informação crítica.

Referências

- Almeida Júnior, O. F. (2007). Leitura, mediação e apropriação da informação. In J. P. Santos (Org.), *A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Almeida Júnior, O. F. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação*, 2(1). Recuperado de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>
- Almeida Júnior, O. F. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In S. Bortolin, J. Santos Neto y R. Silva (Orgs), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9-32). Londrina: ABECIN.
- Almeida Júnior, O. F. (2018). A protoinformação como base do fazer dos equipamentos informacionais. In *XI Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe*. Medellín. Medellín: Universidad de Antioquia. Recuperado de http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/EDICIC_2018/EDICIC_2018/paper/viewFile/1702/1924
- Capurro, R. & Hjørland, B. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas em ciência da informação*, 12, 148-207. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>
- Castro, J. L. da & Almeida Júnior, O. F. de. (2022). Mediação da informação, teoria crítica e conflitualidade: a dimensão intersubjetiva do reconhecimento como ação coletiva emancipatória. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*, 18(2), 1-25. Recuperado de <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1803>
- Cittadino, G. (2004). A justiça distributiva entre o universalismo e o comunitarismo. In *Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea* (pp. 75-139). Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- Flusser, V. (1983). A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 12(2). Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36443>
- França, V. (2016). Objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In C. P. Moura & M. I. V. Lopes, *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39883>
- Francisco, R. (2006). *A República e o Homem Comum. um estudo sobre a competência cívica* (Dissertação do mestrado). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitag, B. (2005). Um confronto Piaget e Habermas. In *Piaget: encontros e desencontros* (pp. 103-159). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Gomes, H. F. (2010). A interligação entre Comunicação e Informação. *DataGramaZero: revista de ciência da informação*, 11(3). Recuperado de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7103>
- González de Gómez, M. N. (2003). Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, 15, 31-43. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwHHyYgw/?format=pdf&lang=pt>
- Gramsci, A. (2002 [1929-1935]). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 6 vols.
- Habermas, J. (1980). *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Habermas, J. (1990). *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1996). *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia. entre facticidade e validade I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2009). *Técnica e Ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, C. R.M., Gonçalves, M. & Maia, M. R. (2023). Notas para uma teoria crítica discursiva da informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 28. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e92925>
- Martins, A. (2013). Mediação informacional: uma perspectiva a partir do campo social da informação. In *XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Florianópolis, Santa Catarina. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/184504>
- Peres, C., & Trindade, E. (2020). *Mediações. Perspectivas plurais*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.
- Quéré, L. (1991). D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. *Réseaux. Communication – technologie – société*, 9(46), 69-90. Recuperado de https://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1991_num_9_46_1832
- Rabello, R., & Almeida Júnior, O. F. (2022). Não-usuário de informação como implicado (r): desafios praxiológicos para pesquisa, formação e prática profissional. *Revista EDICIC*, 2(2). Recuperado de <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/176/133>
- Sanches, G. A. R. & do Rio, S. F. (2010). Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. *Incid: Revista de ciência da informação e documentação*, 1(2), 103-121. Recuperado de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39428>
- Schutz, A. (2018). *A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora Vozes.
- Silva, J. C. & Gomes, H. F. (2015). Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. *Informação & Sociedade: Estudos*, 25(1), 145-157. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145>
- Silva, J. L. C. & Silva, A. S. R. (2012). A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. *Biblioteca escolar em revista*, 1(2), 1-30. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106561>
- Valentim, M. L. P. (2010). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Notas

1 Ce nouvel espace public se définit d'abord par un « entre nous », au sens de ce que les agents posent entre eux, en tant que sujets qui se constituent et se lient réciproquement par alternance des rôles communicationnels de la première et de la seconde personne, pour constituer l'espace de leur interaction. (Quéré, 1991, p. 80).

2 Cette perspective, qu'ils construisent ensemble à l'aide de médiations publiques, spécifie un mode de rapport mutuel et une forme de rapport au monde et aux autres; elle crée un horizon d'attentes, définit des pratiques et fournit une organisation de points de vue corrélatifs. (Quéré, 1991, p. 80).

3 Os “Cadernos do cárcere” (Gramsci, 2002 [1929-1935]) são uma das principais obras produzidas durante seu período de prisão de 1926 a 1937. Esses escritos, abordam uma variedade de temas, incluindo filosofia, política, cultura e história. A importância dessa obra reside em suas análises críticas sobre a sociedade, o Estado, a cultura popular e as estratégias políticas. Gramsci introduz conceitos essenciais, como o de “hegemonia”, que examina a influência da cultura na formação de ideias e valores, e o conceito de “intelectual orgânico”, que está profundamente ligado ao modo de produção da época. Essa concepção ético-política capacita esses intelectuais a desempenharem funções culturais, educativas e organizativas para garantir a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam, diferenciando-se da concepção tradicional de intelectual.



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350577292013>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Jetur Lima de Castro, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
**Interfaces entre a mediação da informação e
competência comunicativa: considerações teóricas sob
uma perspectiva crítica**

Interfaces between the mediation of information and
communicative competence: theoretical considerations
from a critical perspective

Interfaces entre la mediación de la información y
competencia comunicativa: consideraciones teóricas desde
una perspectiva crítica

Palabra Clave (La Plata)

vol. 13, núm. 2, e221 2024

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

palabraclave@fahce.unlp.edu.ar

/ ISSN-E: 1853-9912

DOI: <https://doi.org/10.24215/18539912e221>



CC BY-NC-SA 4.0 LEGAL CODE

**Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-
CompartirIgual 4.0 Internacional.**